

**A CONCORDÂNCIA DE NÚMERO
NO SINTAGMA NOMINAL NA FALA
DOS ESTUDANTES DA REDE PÚBLICA
DE ENSINO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS-BA**

Dayane Moreira Lemos (UNEB)¹
dayaneml@yahoo.com.br

Brasil, um país colonizado, é mundialmente reconhecido por sua diversidade cultural, por uma mistura de povos que origina uma população matizada, única e singular. Mas, a mistura de índios, brancos e negros, não só originou novas culturas, o encontro desses povos originou de antemão um caos linguístico. Como conviver em uma comunidade bilíngue, multilíngue? Como haver comunicação entre os povos?

Tais perguntas se tornam inevitáveis em tal contexto, uma vez que a linguagem gestual já havia se tornado limitada depois que o homem descobriu que emitindo sons articulados poderiam estabelecer diálogo. Devido à necessidade de comunicação se elegeu, no Brasil, uma língua oficial, o que acarretou, em 1758 pelo decreto de Marques de Pombal, a fixação do português como língua oficial brasileira. Dessa forma, tal decreto obrigou a população negra e indígena a utilizarem a língua do colonizador, porém a implantação do decreto não significou a exclusão das centenas de línguas que vigoravam no país.

Em um processo gradual o português passou a vigorar, à medida que havia os intercâmbios entres as diversas populações, porém o português dos colonizados e/ou escravizados foram ganhando características peculiares que o diferenciava e diferencia do português

¹ Discente concluinte do curso de Letras Vernáculas da Universidade do Estado da Bahia – Campus v, vinculada ao grupo de pesquisa "Múltiplas linguagens: estudo, ensino e formação docente" - Certificado pela Universidade do Estado da Bahia; bolsista do Projeto de pesquisa "A fala dos estudantes da rede pública de Santo Antônio de Jesus-Ba", financiado pelo PICIN e organizado pela professora Ms. Patrícia Ribeiro de Andrade, Lattes:
<http://lattes.cnpq.br/3691443901148216>

européu, estabelecendo o que se reconhece hoje como Variação Linguística.

Devido ao longo processo de colonização e exploração a língua portuguesa, na modalidade brasileira, se torna um campo frutífero de pesquisas através desse potencial linguístico tão peculiar. Assim, se faz necessário a existência de uma ciência que se dedique a tal aspecto, nesse sentido surge a sociolinguística, dando lugar de destaque às variações e às mudanças linguísticas ocorridas dentro das diversas comunidades, aspectos essenciais ao funcionamento da língua. Através do aparato teórico-metodológico dessa ciência é possível a realização de diversas pesquisas sobre os dialetos do português do Brasil, constituindo no país um campo fértil para investigação.

O modelo teórico da Sociolinguística possibilitou que fossem inseridos nos estudos da linguagem eventos sócio-históricos e culturais, hoje tidos como essenciais para a análise do dialeto de uma dada comunidade. Essa vertente da ciência da linguagem imprimiu na investigação a cultura de que a língua falada numa sociedade é heterogênea e como tal, é falada variavelmente, em conformidade com aspectos sociais, históricos, políticos, econômicos e culturais das diversas comunidades que compõem o todo social.

Através desse aparato teórico que se pretende discutir e analisar um fenômeno que vem ganhando espaço entre os falantes do português brasileiro, que é a ausência da marca de plural em todos os elementos flexionáveis do Sintagma Nomina (SN). Pesquisas vêm demonstrando que os brasileiros tem se distanciado do padrão fixo proposto pelas gramáticas normativas, em que todos os itens do sintagma nominal devem ser, obrigatoriamente, flexionados.

Sendo assim, o projeto objetiva demonstrar que o uso da concordância de número no SN na fala dos estudantes da rede pública de Santo Antônio de Jesus-Ba é uma regra variável, ratificando pesquisas anteriores. Para que uma pesquisa desse nível, sociolinguístico, seja realizada é preciso passar por alguns processos: a coleta de dados, as transcrições, codificações e análises.

Diante de um mundo modernizado, o trabalho do sociolinguista tem se tornado menos exaustivo, uma vez que são oferecidos

alguns suportes tecnológicos, assim como a ferramenta de quantificação GOLDVARB, a qual a alguns, poucos, anos era conhecida como VARBRUL, a qual rodava apenas no DOES, um sistema computacional que apresentava aos usuários muitas dificuldades, as quais ocasionava abandono de pesquisas. Mas, graças a criatividade humana hoje já temos em mãos o GOLDVARB que vem se aperfeiçoando constantemente e colaborado para dados mais precisos. É através dessa ferramenta quantitativa que essa pesquisa fornecerá seus dados. Fazendo o possível para deixar claros os percentuais e pesos oferecidos para análise.

No primeiro capítulo, intitulado “A concordância nominal de número”, discutiremos a padronização desse fenômeno pelas gramáticas tradicionais, traçando elos entre o português brasileiro (PB) e o português europeu (PE), na tentativa de apresentar ao leitor o quanto os falantes do PB tem se distanciado da língua do colonizador.

Após a retratação do fenômeno em análise, se inicia a análise dos dados, momento que observamos como se encontra o processo da variação da marcação de número no SN, na fala dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba.

Por fim, será exposto de forma sintetizada os resultados objetivos através das análises, tendo sempre em vista que o *corpus* é mínimo diante do amplo campo de atuação da língua em uso. O projeto se torna, apenas, uma amostra da riqueza da nossa língua.

Importante salientar, que a escolha desse objeto deu-se a partir do desenvolvimento da pesquisa A fala dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus², através do qual se constituiu um corpus gravado e transcrito da língua oral, nos anos de 2009 e 2010.

² Projeto de pesquisa desenvolvido por Patrícia Ribeiro de Andrade, com apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Ensino de Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), através do seu Programa de Iniciação Científica, do qual participam as bolsistas Dayane Moreira Lemos e Luzileide de Jesus Santos e Santos.

1. A concordância nominal de número

1.1. Um padrão europeu para o português brasileiro

Por muito tempo o português brasileiro foi categorizado pelos formalistas como homogêneo e sistematicamente rígido, desconsiderando todo processo de “intercâmbio linguístico” por que a população brasileira passou na época da colonização. Entender a língua dessa forma é desconsiderar as suas peculiaridades, seus elementos externos. Entretanto, com o advento da Sociolinguística, surgem muitos estudos, os quais questionam os padrões formalistas, promovendo a realização cada vez mais intensa de novas pesquisas que demonstram o quanto são fortes os laços entre língua e sociedade, trabalhando a heterogeneidade da língua brasileira.

Dentre os diversos estudos, podemos considerar a obra de Marcos Bagno (2001), o qual questiona o ensino da língua portuguesa no Brasil, demonstrando que não é mais possível trabalhar a língua materna na perspectiva da gramática tradicional, assim como proposta pelos formalistas. Dessa forma, afirma:

[...] nossas gramáticas normativas tentam analisar o *português do Brasil* com o mesmo aparato teórico-descritivo usado para analisar o *português de Portugal*, sem se dar conta de que a língua falada aqui já apresenta muitas e profundas diferenças em relação à língua de lá, o que exige a elaboração de outra gramática, a *gramática do português brasileiro*. (BAGNO, 2001, p.19)

Pensar a língua falada no Brasil de uma forma homogênea e semelhante ao português falado em Portugal é desconsiderar todo o processo de colonização, é “fechar os olhos” para uma realidade cada dia mais visível, a qual vem sendo camuflada no intuito, como diria Marcos Bagno (2001), de preservar os mitos em torno do português brasileiro.

Dentro os vários mitos que são gerados, Bagno (2001) descreve alguns em seu livro: *Preconceito Linguístico: o que é, como se faz*. Através, desse simples e riquíssimo livro é possível perceber de forma clara que a população brasileira vem sendo manipulada através de mitos que têm corroborado para elevação de um preconceito cruel – o preconceito linguístico.

As nossas crianças nascem, aprendem a andar e a falar – quão mágicos são esses momentos! Na sua comunidade aprendem características peculiares e comuns ao ambiente linguístico, mas toda essa harmonia é rompida quando elas se deparam com um novo ambiente chamado escola. É lá que elas aprendem a LÍNGUA PORTUGUESA. Com relação a isto, Bagno (2001) nos faz refletir: seria essa criança uma pessoa *sem-língua*?

Por que é tão difícil para os estudantes aprenderem sua “língua materna”, que mistério estaria por trás da nossa língua que nos faria sentir medo de aprendê-la? Estas são ótimas perguntas, sobre as quais os crentes na homogeneidade linguística deveriam refletir.

É preciso deixar claro que o fato de aqui não se falar esse padrão de língua europeia, não tem feito dos falantes brasileiros menos falantes, uma vez que, segundo Dubois-Charlier (1981), falar significa, simplesmente, “[...] emitir sons tais e combinados de tal maneira que transmitem significações a outra pessoa que fala a mesma língua que você” (p.15). Sendo assim, pode-se concordar com Possenti (1999) quando afirma que “todos podemos ver diariamente que as crianças são bem sucedidas no aprendizado das regras necessárias para falar. A maior evidência disso é que falam”. (POSSENTI, 1999, p. 21-22)

Nesse sentido Perini acredita que

[...] apesar das crenças populares, *sabemos*, e muito bem, a nossa língua [...]. Isso não se aplica apenas àqueles que sempre brilharam nas provas de português, mas também a praticamente qualquer pessoa que tenha o português como língua materna (PERINI, 2003, p. 10)

Negrão, Scher e Viotti (2003) afirmam que qualquer criança antes de ingressar no ambiente escolar consegue construir sentenças impessoais. Isso fica claro, ao observarmos crianças em contato com qualquer outra pessoa. A partir de certa idade ela já começa a construir suas sentenças no intuito de estabelecer diálogo com seu interlocutor e de deixar claras suas opiniões, seus posicionamentos e questionamentos.

Algumas pessoas poderiam se questionar: seria essa criança capaz de localizar o sujeito da oração e classificá-lo? E nós perguntamos: seria isto, realmente, necessário para haver comunicação? É refletindo nessa perspectiva, que se entende quando Bagno (2001, p.

9) diz que "o preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre *língua* e *gramática normativa*. Nossa tarefa mais urgente é desfazer essa confusão". (BAGNO, 2001, p. 9)

Pensar em língua é pensar em dinamicidade, em variação, em mudança. Dentro desse contexto poderíamos nos questionar sobre o papel da escola no ensino de língua portuguesa, e é sobre isso, que ainda, Negrão, Scher e Viotti (2003) afirmam que

O que a escola vai fazer é ensinar [...] que existe uma outra forma para construir uma sentença equivalente [...], que ela vai reconhecer em textos literários e científicos e que ela pode usar em contextos mais formais, como uma composição ou como uma carta a alguém não muito próximo. (NEGRÃO, SCHER E VIOTTI, 2003, p. 96).

Mas, infelizmente os modelos que vigoram nas instituições escolares estão, ainda, distantes de reflexões nessa perspectiva. Os modelos atuais de ensino têm feito com que os falantes se sintam deslocados ao usarem a sua própria língua e o CERTO e o ERRADO empregados pelos professores de gramática desfazem do processo individual dos estudantes, do seu contexto de aquisição da linguagem.

Tal metodologia ocasiona as contínuas evasões escolares, repetências, dentre outras consequências que giram em torno da matéria Língua Portuguesa, a qual prega normas e padrões que se distanciam do dia-a-dia dos brasileiros. Dessa forma,

A substituição dessa pedagogia por um ensino crítico/reflexivo, certamente ajudaria a suprimir o preconceito que existe em torno da variação linguística no Brasil. Mas, enquanto a escola exclui a diversidade linguística dos seus programas, pesquisas vêm demonstrando como e porquê, no Brasil, a língua portuguesa difere tanto da variedade europeia. (ANDRADE, 2003, p. 8)

1.2. Variação na concordância nominal de número no português brasileiro

A variação na concordância de número no português falado no Brasil tem sido intensamente estudada e documentada, uma vez que se refere a um fenômeno que tem se evidenciado com os novos estudos, os quais dão a oportunidade de apresentar um português es-

sencialmente brasileiro que se caracteriza por sua heterogeneidade linguística, rica fonte de pesquisas.

Para se entender melhor o fenômeno da concordância de número no sintagma nominal (SN) é preciso que fique claro que existem duas variantes: a variante marcada e a variante zero, (não marcada). Vejamos tal fenômeno através do exemplo extraído do *corpus*:

Variante explícita:

“[...] eu tinha dois cachorros” (INFO 1, 2010, p. 2)

Variante zero de plural:

“[...] minha mãe comprou dois coelhoØ” (INFO 1, 2010, p. 2)

De forma resumida, pode-se afirmar que a concordância nominal de número ocorre a partir da inserção da marca de plural -s em todos os elementos flexionáveis do sintagma.

No português brasileiro a concordância nominal de número não é tão invariável como “afirmam” algumas gramáticas. Scherre (1994) acredita e afirma que esse fenômeno não é uma regra categórica, mas sim variável conforme certos determinantes linguísticos e sociais, como vêm indicando várias pesquisas realizadas sobre os dialetos brasileiros.

A ausência de concordância de número é estigmatizada por um círculo vicioso denominado preconceito linguístico. Para os pesquisadores, a não marcação do plural tem sido um fenômeno intensificado constantemente, mas os falantes ainda são temerosos ao assumirem esse modo peculiar de se expressar. Dificilmente, se encontra um falante brasileiro que assumira esse modo de se expressar, uma vez que este foge de um padrão elitizado. Nesse sentido, Perini (1997) afirma:

Sabemos que é frequente, entre nós, fazer o plural marcando-o apenas no primeiro elemento do sintagma [...]. Essas construções, quando não são simplesmente ignoradas, são dadas como da linguagem das ‘pessoas incultas’, ou de ‘baixa classe’. Segundo essa opinião, não se trataria de um fato normal do português brasileiro, mas de um ‘erro’ cometido por aquelas pessoas (coitadas) que não tiveram a sorte de uma educação formal suficiente. (PERINI, 1997, p. 19)

O autor segue afirmando que levantamentos mostram o contrário, uma vez que construções em que se deixa de marcar alguns

dos elementos do SN são amplamente utilizadas pelos falantes do Português Brasileiro, incluindo os “cultos”.

Entende-se, então, que tal fenômeno é característico da oralidade sem exclusões de grupos minoritários e/ou majoritários. Ainda, nesse sentido, pesquisas registradas por Scherre (1994), afirmam

[...] que o fenômeno da variação na concordância de número no português brasileiro falado do Brasil, longe de ser restrito a uma região ou classe social específica, é característico de toda comunidade de fala brasileira, apresentando diferenças mais de grau do que de princípio, ou seja, as diferenças são mais relativas à quantidade de marca de plural e não aos contextos linguísticos nos quais a variação ocorre. (SCHERRE, 1994, p. 38)

Torna-se evidente que a ausência da marca de plural é comum em todas as comunidades brasileiras, condicionada por fatores linguísticos e extralinguísticos, mas cabe ressaltar que, assim como citado acima, alguns fatores extralinguísticos, como pouco grau de escolaridade, tendem a ser mais propensos à marca zero de plural, o que não implica dizer que tal fenômeno se restrinja a tal variável social.

Pensar na variação da concordância de número no SN é entender que o português falado no Brasil apresenta características peculiares ao comparado com outras línguas, características essas que incitam pesquisas. Tentar entender a língua vernacular é tentar entender um pouco mais sobre nós.

2. *A concordância de número no sintagma nominal na fala dos estudantes da rede pública de santo Antônio de Jesus-BA*

2.1. Contextualização da pesquisa de campo

Para realização de um projeto embasado na teoria de análise quantitativa se faz necessário o processo de pesquisa de campo, a busca pelos dados. É buscar no seio da comunidade material para análise, na tentativa de recolher amostras de língua em uso.

Não é fácil se dispor a tal tarefa. É um trabalho cansativo e muitas vezes desgastante, mas tudo é válido quanto estamos com os resultados em mãos. Antes de ir a campo, é preciso uma preparação metodológica, uma vez que, assim como afirma Tarallo (1986), os

documentadores precisam levar em conta que é um “intruso” na comunidade. Por isso, é preciso modelar nosso comportamento social e linguístico ao do falante, buscando a concretização de uma conversa informal.

Muitos outros cuidados são abordados por Tarallo (1986), para que seja possível a coleta do vernáculo. Tudo isso é preciso ficar bem sistematizado antes do primeiro contato com a comunidade.

A comunidade escolhida para elaboração do projeto foi a da rede pública estudantil, claro, fazendo um recorte mediante aos critérios que mais adiante serão expostos.

2.2. Metodologia (tratamento de dados)

Para a análise da recorrência de variantes na realização da regra de concordância de número entre os elementos do SN, no dialeto dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba, utilizamos um *corpus* constituído de quatro inquéritos transcritos a partir de entrevistas gravadas. Essas entrevistas foram realizadas pelas pesquisadoras, Dayane Moreira Lemos e Lucileide XXX, bolsista do projeto *A fala dos estudantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba*, organizado pela professora mestra Patrícia Andrade e financiado pelo PCIN (Programa de Iniciação Científica da UNEB), desde agosto de 2009.

No projeto supracitado foi levado em consideração três variáveis sociais (escolarização, procedência geográfica e sexo) e seis variáveis linguísticas (configuração sintagmática do SN, função sintática do SN, número de constituintes flexionáveis do SN e saliência fônica), diante do fenômeno da concordância de número no SN.

Para esse artigo foi selecionado apenas um grupo de informantes, formado por estudantes da quinta série, os quais se encaixam em duas células: estudantes oriundos da zona urbana e da zona rural. Desses grupos formou-se outra célula, o gênero (masculino e feminino), podendo tal distribuição ser visualizada no quadro abaixo:

Quadro 1: Descrição da população em estudo				
Escolaridade	Zona urbana		Zona rural	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
5ª série Ensino Funda- mental	Informante 01	Informante 02	Informante 03	Informante 04

De posse dos inquéritos já transcritos, foi feita uma revisão destes através da audição das entrevistas que foram gravadas na escola, com duração média de trinta minutos cada uma delas. Nas transcrições foram recortados os sintagmas nominais pluralizáveis, constituídos de pelo menos dois elementos. Logo após, se iniciou o processo de codificação de dados.

Estabelecidos os SN^s a serem analisados, bem como as variáveis explanatórias e dependente, codificamos os dados levantados, preparando-os para a leitura pelo programa GOLDVARB 2005, uma nova versão do VARBRUL (Programa das Regras Variáveis), com a finalidade de analisar quantitativamente a variação da concordância nominal de número dos SN encontrados na fala dos entrevistados.

2.3. Análise dos dados

Como já relatado anteriormente, os dados que constarão nas análises são fornecidos através da ferramenta computacional GOLDVAB, colaborando para resultados mais precisos. Sendo assim, agora iniciaremos a parte mais envolvente do projeto, na qual os leitores constatarem visualmente – em números – em que nível se encontra o fenômeno linguístico da concordância de número no sintagma nominal na comunidade em análise.

Podemos observar, através das amostras analisadas, que a marca explícita de plural pode ser encontrada:

1. Todos os elementos flexionáveis do SN:

Ex.: *“Todos os animais não falam”* (INFO 03)

2. Em alguns elementos flexionáveis do SN:

Ex.: “*Todos os meus cachorroØ eu mandei para o interior*” (INFO 01)

3. Em apenas um dos elementos flexionáveis do SN:

Ex.: “*Meus amigoØ é tudo por fora*” (INFO 04)

Conforme foi discutido anteriormente, é através da perspectiva de análise não atomística que podemos, efetivamente, nos certificar do nível de aplicação da regra de concordância de número entre os elementos do sintagma nominal. Para as análises, através da variável dependente binária, fica estabelecido que a aplicação da regra ocorre se houver presença de marcas em todos os itens pluralizáveis do SN, enquanto que a ausência dessa marca, seja em apenas um dos elementos do SN sob análise, constitui-se falta de concordância.

Foram analisados 138 SNs de mais de dois elementos flexionáveis. Desses 83 SNs não receberam marca de plural em todos os elementos flexionáveis, já 55 dos SNs apresentam regularidade na marca de plural. Percentualmente entendemos que:

Fatores	Número de ocorrências/Total	%	Input
Com concordância	55/138	39	.60
Sem concordância	83/138	60	.60

Tabela 1: Aplicação da regra de concordância no SN, na fala dos estudantes da rede pública de Santo Antônio de Jesus-Ba

O percentual de SNs de mais de dois elementos com todas as marcas de plural foi de 39% e com ausência de algumas dessas marcas temos 60%. O que equivale dizer que através da análise de um pequeno *corpus* se observa que há uma forte tendência de não marcação de plural em todos os elementos flexionáveis do SN.

Na análise foram levadas em consideração duas variáveis sociais (procedência geográfica e sexo) e seis variáveis linguísticas (configuração sintagmática do SN, função sintática do SN, posição do SN em relação ao verbo, número de constituintes absolutos do SN, número de constituintes flexionáveis do SN e saliência fônica).

Na análise em relação à procedência geográfica podemos observar que os falantes oriundos da zona rural e da zona urbana da ci-

dade SAJ equiparam-se quando se trata da marcação de plural nos itens flexionáveis do SN. Podendo ser visualizado da seguinte forma:

Fatores	Número de ocorrências/Total				
	Com concordância	%	Sem concordância	%	Peso relativo
Zona Urbana	34/87	39	53/87	60	.50
Zona Rural	21/51	41	30/51	58	.49

Tabela 1.1:
Aplicação da regra de concordância no SN, conforme procedência geográfica

Os falantes da zona urbana apresentam uma frequência de 39% de SNs flexionados, enquanto os itens não flexionados ocorrem numa frequência de 60%. Este fator tem um peso relativo de .50, indicando sua relevância. Quanto aos falantes da zona rural observa-se uma recorrência de 41% de SNs marcados, contra 58% de SNs sem todas as marcas, apresentando peso relativo de .49.

Nesta variável não encontramos discrepâncias no uso da concordância, conforme havíamos imaginado que aconteceria: os falantes da zona rural fazendo menos concordância que os da zona urbana. Entretanto, os números indicam um equilíbrio no emprego deste fenômeno. Inclusive o peso relativo dos dois fatores é praticamente o mesmo.

Confirmando o já relatado por Scherre (1994) quando afirma que “[...] o fenômeno da variação de número no português falado do Brasil, pode ser caracterizado como um caso de variação linguística inerente, tendo em vista que ocorre em contextos linguísticos e sociais semelhantes [...]” (SCHERRE, 1994, p. 38). Ser da zona rural ou urbana não tem indicado se o falante é um usuário exclusivo da normal culta ou não, esses fatores estão tão implícitos no dia-a-dia do falante que para nos pesquisadores há uma linha tênue que define os grupos dos estigmatizados e dos inclusos.

Diante dos dados acima apresentados notamos que realmente a variação na marcação do plural é uma constante na oralidade dos falantes analisados, e que apesar de ser uma variante estigmatizada se faz presente nos diferentes níveis sociais.

Já no que tange à variável gênero do informante notamos que o gênero feminino tende a marcar o plural um pouco mais em relação ao gênero masculino. Observe-se:

Fatores	Número de ocorrências/Total				Peso relativo
	Com concordância	%	Sem concordância	%	
Masculino	9/24	37	15/24	62	.52
Feminino	46/114	40	68/114	59	.50

Tabela 1.2:

Aplicação da regra de concordância no SN, conforme a variável social gênero

Mais uma vez, não encontramos grandes distinções no uso da concordância em função de diferentes fatores, uma vez que a frequência na fala dos informantes do gênero masculino é de 37% e na fala dos informantes do gênero feminino é de 40%.

Em relação aos elementos sem concordância, os percentuais indicam uma frequência um pouco maior na fala dos informantes do gênero masculino (62%, contra 59%). É importante ressaltar que os dois fatores apresentam peso relativo relevante (.52 para o gênero masculino e .50 para o gênero feminino). Mais uma vez, os dados nos surpreendem quebrando a hipótese pré-levantada de que os falantes do gênero feminino tenderiam mais à marcação de plural.

Considerando as duas variáveis sociais, procedência geográfica e gênero, podemos afirmar que nenhum dos dois fatores apresentou discrepâncias no que tange ao fenômeno da concordância. Os pesos gerados pelo programa GOLDVARB confirmou a estabilidade do fenômeno no *corpus* em análise.

Apesar das limitações do projeto, se pode observar que os falantes da rede pública de ensino de Santo Antônio de Jesus-Ba, ainda se encontram em processo de variação em curso, por não apresentarem altos níveis de ausência da marca de plural em algum dos itens flexionáveis. Entretanto, isso não deve ser definitivo, pois só foi testado em apenas uma série (5ª série do fundamental). Doravante isso deve ser analisado na tentativa de buscar dados mais reais diante do maior número de ocorrências de SNs.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Patrícia Ribeiro de. *Um fragmento da constituição sócio-histórica do português do Brasil: variação na concordância nominal de número em um dialeto afro-brasileiro*. Dissertação de Mestrado em Letras e Linguística: UFBA, Salvador, 2003.
- BAGNO, Marcos. *Português ou brasileiro? Um convite à pesquisa*. São Paulo: Parábola, 2001.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2001.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. ver. e ampl. 16. Reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. *Bases de análise linguística*. Trad. João A. Peres. Coimbra: Almeida, 1981.
- MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luíza. *Introdução à sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- NEGRÃO, E. V.; SCHER, A. P.; VIOTTI, E. . Sintaxe: explorando a estrutura da sentença. In: José Luiz Fiorin. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2003, v. II, p. 81-109.
- PERINI, Mário A. *Sofrendo a gramática: ensaios sobre a linguagem*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2003.
- SCHERRE, M. M. P. Aspectos da concordância de número no português do Brasil. *Revista Internacional de Língua Portuguesa (RILP) - Norma e Variação do Português*. Associação das Universidades de Língua Portuguesa, 1994.
- SCHERRE, M. M. P. & NARO, A. J. Sobre a concordância de número no português falado do Brasil. In: RURRINO, Giovanni (Org.). *Dialettologia, geolinguística, sociolinguística*. (Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza). Centro di Studi Filologici e Linguistici Siciliani, Università di Palermo. Tubingen: Max Niemeyer Verlag, 5, p. 509-523, 1998.
- TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.